

# EUROPA

## Um discurso fora e outro dentro

### Edite Estrela

O Presidente da República (PR) foi ao Parlamento Europeu (PE) dizer aos deputados o que pensa da atual situação europeia e da resposta à crise. A sua presença em Estrasburgo coincidiu com a data da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (12 de junho de 1985). Foi há vinte e oito anos, que Portugal e Espanha assinaram, no mesmo dia, o seu compromisso europeu. Com a entrada dos dois países ibéricos, a Comunidade ficou com doze Estados-membros, o dobro do núcleo fundador.

Cavaco Silva fez um discurso institucional ajustado às circunstâncias. Identificou os principais problemas que a União Europeia (UE) enfrenta, realçou as "fragilidades" que a crise veio revelar e sublinhou a interdependência entre a zona euro e cada Estado-membro. Disse que, durante "demasiado tempo, a atenção esteve concentrada na austeridade para a correção dos desequilíbrios das contas públicas" e acrescentou que a crise exige uma resposta "social, cultural e política", capaz de vencer a "crise de confiança" e de reforçar "a legitimida-

de democrática dos decisores europeus". E não poupou o Conselho Europeu (onde o primeiro-ministro Passos Coelho tem assento e direito de voto) por não ter dado atenção aos alertas do PE e da Comissão e ter relegado para "um plano secundário o crescimento económico" e demorado a reconhecer que "a crise da zona euro não se resolve apenas com a imposição de políticas de austeridade".

Em relação à situação do país, o PR alertou para a "dureza" da recessão económica, ao longo de dez trimestres sucessivos, e denunciou os níveis de desemprego "socialmente inaceitáveis": taxa de desemprego de 17,7% e desemprego jovem de 42%. E não omitiu o "aumento do risco de pobreza" nem os "sacrifícios muito pesados" a que os portugueses estão sujeitos.

O Presidente disse no PE o que nós, socialistas, há muito vimos afirmando na Europa e em Portugal. Lamentavelmente, o PR tem um discurso lá fora e outro, bem distinto, cá dentro. Não espero que o PR critique o governo no estrangeiro, mas espero que o faça em território nacional, interpretando o sentimento popular. E não basta falar, é preciso retirar consequências políticas do que se

diz. Depois do que disse aos eurodeputados sobre a situação portuguesa e de se ter demarcado das políticas de austeridade, Cavaco Silva, para ser consequente, deve responsabilizar o governo pelos maus resultados das suas políticas. Há responsabilidades europeias e há responsabilidades nacionais. A receita da troika é desajustada, mas os portugueses não esquecem que o governo ainda quis "ir além da troika". Ao prolongar a vida deste governo, o PR vai contra a vontade da esmagadora maioria dos portugueses e não defende o interesse nacional. Vão ser necessários muitos anos para sairmos do abismo em que o governo nos lançou. Quanto mais durar a situação, mais difícil será a recuperação. A prova mais cabal do desastre governativo é a atitude dos candidatos do PSD às autarquias locais que escondem a sua filiação partidária por recearem ser penalizados pelos eleitores.

O Presidente da República não pode continuar a dar cobertura a um governo incompetente, sem sensibilidade social e que está a hipotecar o futuro do país, como fez no discurso de 10 de junho. Só quem está alheado da realidade pode dizer que não há "desestruturação social" num país que, durante



anos e anos, estava entre os três países da UE com mais baixa taxa de desemprego e que, de repente, passou a integrar o grupo dos três com mais desemprego. No tempo de Sócrates, Cavaco Silva excedeu-se na crítica e contribuiu para a queda do governo, sem se importar com as consequências. Agora, perante o isolamento do governo e a crescente contestação social, afirma que Portugal não aguenta uma "crise política". Esta duplicidade de critérios retira-lhe credibilidade. Portugal precisa de um Presidente que una os portugueses, promova o diálogo entre o governo, os partidos políticos e os parceiros sociais. Um Presidente que seja árbitro e não cúmplice.

## De troika também já basta...

### Elisa Ferreira

Dizem os Tratados que a Comissão Europeia responde perante o Parlamento Europeu – mas o que fazer quando a resposta não serve e a dita Comissão não assume a responsabilidade?

Relativamente a esse estranho animal chamado "Troika", há duas perguntas fundamentais e que, apesar de insistentemente colocadas, continuam a aguardar resposta:

- Quem assume a responsabilidade pelas decisões (e pelos erros) das "troikas"?

- Quem controla as decisões dos três altos funcionários nas "troikas" e a quem prestam eles contas?

Quanto à primeira questão, abundam infelizmente os exemplos de erros crassos, a começar pelos modelos económicos e económicos sobre os quais assentaram as recomendações impostas aos países "sob programa" e onde o prometido "ajustamento a favor do emprego e do crescimento" desencadeou uma espiral incontrolável de desemprego e recessão. Os sucessivos "mea culpa" do FMI (culminando com uma autocritica sobre o programa grego) vieram juntar-se ao

miserável "passa culpas" observado na gestão da crise cipriota ou no encerramento em ambiente revolucionário da televisão grega. Na verdade, e entre tantas instituições envolvidas – dos governos nacionais ao Conselho Europeu, do Eurogrupo ao Banco Central Europeu (BCE), da Comissão Europeia (CE) ao Fundo Monetário Internacional (FMI) –, há alguém que verdadeiramente assuma a responsabilidade pelo que está a acontecer nos países da periferia da Europa?

A segunda questão decorre imediatamente desta última. É sabido que, dentro da "Troika", a Administração do FMI age de acordo com o seu Conselho de Governadores (cada dia mais dominado pelo peso das potências emergentes) e o BCE beneficia de independência política e igualmente age de acordo com o seu Conselho de Governadores (governadores dos bancos centrais nacionais). Enquanto isso, a CE – respondendo formalmente perante o Parlamento Europeu – vive perdida e desresponsabilizada entre uma confusa participação na "Troika" e as pressões de "mercados", "credores" e dos chefes de Estado e de Governo e respetivos ministros nacionais, os quais respondem, por sua

vez, perante os parlamentos e outras instituições dos respetivos países.

Em síntese: ninguém controla verdadeiramente as receitas impostas pelas "troikas" nem avalia os seus resultados, exceto, marginal e limitadamente, os parlamentos e outras instituições dos países intervencionados (caso do Tribunal Constitucional português, p.e.), assumindo estas o risco de lhes virem a ser assacadas culpas pelo falhanço de programas mal elaborados.

Alguns argumentarão que o alastramento da crise a países mais poderosos forçará uma normalização de procedimentos. Pessoalmente, tenho as maiores dúvidas: enquanto a Espanha teve a inteligência de garantir o seu "PEC IV" e de usar o seu peso para matar à nascença a ideia de uma "troika" espanhola, o presidente francês declara que "a Comissão não pode impor à França o que ela deve fazer... só a nós, e apenas a nós, caberá decidir qual o melhor caminho para atingir os objetivos"; já Berlusconi, no seu habitual estilo, vai recomendando ao governo italiano que diga a "esses senhores em Bruxelas... que esqueçam o limite dos 3%" porque "a Itália tem assuntos mais im-



portantes a tratar" e "eles não nos podem expulsar do Euro".

Por outro lado, sabe-se que os prazos dos ajustamentos foram adequadamente prolongados e que, das 144 recomendações feitas aos países da União em 2012, apenas 7 tinham sido cumpridas no fim do ano... Sendo que, entretanto, as "troikas" da Grécia, Irlanda, Portugal e Chipre continuam em "roda livre", a saltar de avaliação em avaliação e de recomendação em recomendação, munidas de um garrote numa mão e de uma ameaça de suspensão dos créditos na outra...

Até quando? Até onde?

## Aliança progressista



**António  
Correia de  
Campos**

No momento em que se fala de uma nova esquerda, aliada a movimentos sociais, ou a nível global se propõe uma Aliança Progressista, conviria deixarmos os rótulos, os envelopes, o papel de embrulho de fantasia e olharmos aos conteúdos. O que é ser de esquerda, hoje? Qual o papel dos partidos de esquerda na sociedade? Por que está a esquerda dividida? Será possível uma aliança progressista com a esquerda à nossa esquerda? Quais os movimentos sociais que devem ser concitados a aliarem-se na luta política e como lidar com aqueles que terão sempre uma agenda própria, inconciliável com a nossa?

Ao olharmos para os conteúdos teremos que refletir sobre as realidades passadas e presentes. Num momento em que o socialismo democrático oscila na Europa, entre o defluxo da condenação e o refluxo de protesto, no momento em que conquistas e realizações de décadas ou até de um século, como férias pagas, pensões garantidas, escola pública republicana, serviço nacional de saúde, cultura e arte abertas a todos, investimento no conhecimento e inovação, ou seja, num momento em que cada bem público é questionado pelos que pensam ser substituível pelo mercado desregulado e de baixa qualidade, temos que estudar as razões que nos levaram ao defluxo da social democracia. Não embarquemos em explicações deterministas dialécticas, nem em teses conspirativas de uma internacional do mal. A crise que hoje vivemos foi alimentada por todos os lados do espectro político. E também por nós. Pelas direitas, que sempre se consideraram donas do poder, ungidas por direito divino de herança, educação, fortuna acumulada, instaladas à mesa,

repartindo com os servidores apenas os restos do banquete. Pelas esquerdas, sim por nós, que namorámos vezes sem conta com a direita, deslumbrados pela companhia ocasional e condescendente de banqueiros e capitães de indústria, que adoptámos os seus modelos económicos sem grandes críticas, num novo riquismo de camponês promovido a pequeno burguês, sempre prontos a reconhecer erros do estado quando os outros tão relutantes se mostram em confessar erros de mercado. Certamente pelos extremos: a extrema direita, sempre tentada a aventuras e a capitalizar o descontentamento em populismo, a extrema esquerda, transformando o protesto em projeto de vida, sacudindo responsabilidades de governo, ou sequer de coligação viabilizante. Deixámos destruir a indústria manufactureira pelas invasões do oriente e das índias, desculpando a globalização consentida e o dumping ambiental e social com os ganhos em preço acessível de bens, impossíveis de alcançar no passado, pelas classes média e baixa. Em nome do sagrado princípio da livre circulação de bens e serviços e com a desculpa social de estarmos a retirar milhões de trabalhadores dos novos países manufactureiros de uma existência de fome e de miséria, consentimos uma invasão pacífica que hoje nos estrangula pela inatividade e desemprego.

Entretanto construímos a Terceira Via. Um aparentemente sólido movimento de modernização do pensamento de esquerda, indo buscar ao mercado o seu método de análise e de produção e ao socialismo republicano o respeito pela igualdade solidária e o prazer na reconstrução de modelos de proteção social modernizados. Durante anos Blair e Clinton foram os nossos guias e Anthony Giddens o nosso guru. Parecia viável racionalizar o modelo europeu de proteção social, torná-lo mais dirigido a grupos em risco e menos tolerante à uni-

versalidade acrítica. Aceitámos cessar o investimento na habitação social pelas potenciais desigualdades e ineficiências que gera, dualizar as pensões, separando a pensão básica, em redistribuição, das pensões opcionais, em capitalização. Aceitámos que o ensino superior, tendo em conta o seu elevado efeito de persistente desigualdade, deixasse de ser todo pago pelos impostos, para ser participado pelo estudante, com pagamento proporcional à condição de recursos e uma forte oferta de bolsas e isenções seletivas. Admitimos que o estado pudesse concessionar a construção e a gestão de hospitais a grupos privados, com tempo limitado e responsabilidade pública definida, como forma de melhorar a gestão e procurar financiamentos alternativos para o investimento. Sem o querermos, fomos deixando criar um forte sector privado nas áreas sociais que ganhando poder, procura influencia o poder. Os sistemas sociais sempre foram mistos, dir-se-á. Porém a mistura arriscou-se a ter mais carburante de mercado que de serviço público.

A questão central das reformas de hoje reside em saber como vai evoluir esta hibrididade, em contexto de forte restrição de dinheiros públicos. Receia-se, justificadamente, que o social se restrinja aos mais pobres e o misto sirva os ricos e remediados, acentuando a divisão da sociedade. Aumentar o financiamento público dos bens públicos sociais não parece possível, dadas as restrições orçamentais que nos vão acompanhar durante pelo menos uma década. Privatizar progressiva ou abruptamente os serviços sociais (dizem ser a opção inicial da Espanha, na saúde) debate-se com vários problemas: a falta de atores de mercado interessados num sector de risco financeiro elevado, as falhas de mercado que se acentuam na privatização e fazem regredir a eficiência, o clamor da esquerda que verá ferido o seu

derradeiro baluarte social e sobretudo a impopularidade de tais medidas numa classe média em vias de emagrecimento, mas que continua com poderes de voto. A alternativa de manter tudo como está não serve ninguém: não serve a direita que se sente frustrada a meio caminho de reformas que ideologicamente considerava de valor elevado; não serve a esquerda que, mesmo detendo o poder, se encontrará paralisada pelas queixas da ultra-esquerda, sem poder ampliar a natureza social das reformas, nem instilar-lhes eficiência para fazer mais com o pouco de que dispõe. Serve sobretudo as corporações que se alimentam das indecisões do estado e, sob a capa da proteção de terceiros, mesclada de garantia de qualidade, podem continuar a manter domínio transitório sobre os sistemas sociais.

Reconhecer a incerteza é apenas um primeiro passo, não resolve qualquer problema nem augura um futuro radioso. Mas permite afastar fantasmas, recuperando o que de positivo existia na Terceira Via. E permite regressar aos valores da solidariedade que sempre foram um bom guia, atualizando-os criticamente. Permite sobretudo, discutir com os jovens desempregados ou de precária ocupação, com os pensionistas despojados de pensões que julgavam patrimonialmente adquiridas e com os adultos em stress da falta de habilitações e formação profissional para novos empregos da sociedade da informação ou das futuras manufacturas. Em vez de objetos de reformas, passar a considerá-los como sujeitos e atores da mudança. Eis por que se torna tão necessário discutir os conteúdos do programa de uma nova Aliança Progressista como pretendem fazer os socialistas europeus. Durante essa discussão vão saltar as perguntas do início deste texto. Talvez possamos, então, estar em melhor posição para lhes responder.

## Parlamento Europeu reafirma as suas competências nas negociações da PAC



**Capoulas  
Santos**

O Tratado de Lisboa veio introduzir no direito primário da União Europeia (UE) uma das reivindicações mais acerrimamente defendidas em prol da democracia e da representatividade dos cidadãos europeus: conceder mais poderes ao Parlamento Europeu (PE) para que a casa dos cidadãos da UE em Bruxelas passasse a estar em pé de igualdade com as outras instituições também envolvidas no processo decisório europeu. No vocabulário europeu diz-se que o PE passou a ter poderes de co-decisão no processo legislativo, ou seja, passou a ter efetivo poder de decisão sobre um vasto conjunto de matérias em que anteriormente era apenas consulta-

do e não tinha voto na matéria.

A prática tem demonstrado que esta nova configuração institucional exige alguma aprendizagem e a aculturação das novas dinâmicas de poder. O Conselho de Ministros e a Comissão Europeia têm que se habituar a ter outro elemento no jogo da negociação o que implica combinações variáveis (e por vezes dificilmente previsíveis) das complicitades e, por outro lado, o PE tem que estar à altura das suas responsabilidades e fazer valer os seus (recém) adquiridos direitos, já que da teoria à prática, há mais do que um mar de distância. Até aqui tudo bem, *business as usual*. Recentemente porém, na sequência das conclusões do Conselho Europeu do passado 8 de fevereiro sobre o Quadro Financeiro Plurianual, assistimos a um cenário em que impera uma aterradora ausência do respeito pelo re-

lacionamento institucional.

O Conselho Europeu, composto pelos chefes de Estado e de governo, pretendeu decidir sobre aspectos de determinadas matérias, entre as quais a agrícola, desautorizando assim os respectivos Ministros das suas competências. Até aqui, eles que se entendam. O problema é que segundo dita a letra dos Tratados, o Conselho Europeu não tem poder legislativo, mas neste caso as suas decisões foram transformadas em texto legislativo ao nível dos Ministros das diferentes matérias. Estes sim, têm poder legislativo ao nível do Conselho de Ministros e limitaram-se a decalcar as decisões dos seus chefes de Estado sobre aspectos específicos (e fundamentais) de algumas políticas. O problema é ainda maior quando, na plataforma de negociação europeia, os representantes

do Conselho de Ministros se recusam a discutir esses aspectos que foram decididos pelos chefes de Estado e governo o que põe em causa o exercício da co-decisão e do pleno exercício das competências do Parlamento Europeu no processo negocial.

Como negociador desta instituição para a reforma da Política Agrícola Comum já tive a oportunidade de afirmar e aqui o faço novamente que não aceito que o PE fique refém das decisões dos chefes de Estado e governo e privado do direito de se fazer ouvir. Reafirmo também que não subscreverei qualquer acordo sem que tenha sido possível dialogar e chegar a um entendimento sobre todos os aspectos - e não apenas sobre alguns - que compõem os dossiers, incluindo aqueles que têm o precedente das conclusões do Conselho Europeu.

# Fraude e Evasão Fiscal - inaceitável e imoral!



**Luís Paulo Alves**

As perdas totais acumuladas da União Europeia (UE) por via da fraude e da evasão fiscais atingem 1 bilhão de euros anualmente, o que equivale praticamente ao orçamento para os próximos 7 anos da UE. Por isso, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu tem feito de tudo para que a União Europeia assumisse este assunto como uma prioridade. "São 2 mil euros por ano por cada cidadão da UE, ou 4 vezes o gasto per capita em educação" sublinha Martin Schultz, presidente socialista do Parlamento Europeu. O relatório sobre o assunto da eurodeputada socialista eslovena Mojca Kleva Keku refere que a economia paralela não registada representa cerca de 20% do PIB da União. Estima-se que Portugal perde num ano mais de 12 mil milhões de euros, o que equivale a mais de uma vez e meia os gastos em saúde previstos para 2013. Trata-se de dinheiro "perdido", sobretu-

do derivado de: ações fraudulentas, que privam os orçamentos públicos desse dinheiro; paraísos fiscais que facilitam a evasão, com o depósito de dinheiro em destinos offshore, recorrentemente não reportado e não taxado; "planeamento fiscal agressivo" por grandes empresas ou pessoas que exploram os limites da lei com o objetivo de pagar o mínimo de impostos (desde logo, não é justo que alguns países tenham sistemas de impostos bastante mais atraentes para empresas, cuja sede acaba por se fixar nesses países).

Mas hoje este cenário atinge uma nova dimensão. No atual quadro que impõe dificuldades extremas a milhares e milhares de famílias, os Estados aumentam os impostos para fazer face às necessidades de receitas e procedem a cortes nas despesas e nos investimentos que atiram milhões para o desemprego e para a pobreza. Hoje, podemos também dizer que é intolerável que existam Estados no seio da UE que, por se oporem à troca de informações financeiras, permitem a fuga e a evasão de milhares de milhões de

euros indispensáveis para aliviar o sofrimento das pessoas.

Esta pressão fez com que o Conselho Europeu reunisse em maio para se debruçar sobre esta matéria, comunicando o objetivo de reforçar os mecanismos de troca de informações e transparência entre si. Por isso, aprovou um conjunto de medidas relacionadas com o reforço do intercâmbio automático de informações, a tributação dos rendimentos da poupança, a luta contra a fraude ao IVA, a resposta ao planeamento fiscal agressivo e à transferência de lucros, a eliminação das práticas fiscais prejudiciais ou a luta contra o branqueamento de capitais. Os chefes de Estado e de governo aguardam agora a apresentação de um relatório de situação sobre estes dossiês até dezembro de 2013. Mas espera-se que haja adiamentos e meias medidas aplicadas. E por isso continua a ser necessário agir rapidamente contra esta imoralidade inaceitável dentro da União Europeia.

Desde logo, um exemplo paradigmático: o Presidente da Comissão Durão Barroso tem falado contra a fraude e a evasão fis-

cal, mas fica-se nas meias tintas porque não fala em pôr fim aos paraísos fiscais, que é absolutamente indispensável para atacar este assunto. Mais uma vez, esta Comissão Europeia conservadora não vai ao fundo da questão para resolver os problemas. Como se pode continuar a tolerar que, por exemplo, nas Ilhas Virgens Britânicas existam 16 sociedades financeiras por habitante (447 mil empresas, por 28 mil habitantes).

As instituições e os líderes não podem ignorar a necessidade de agir. Qualquer avanço sério e firme nesta matéria terá implicações nas contas públicas dos Estados, na sua capacidade financeira para aplicar medidas de caráter social, de abrandamento da carga fiscal e de relançamento da economia.

Só se a UE agir em conjunto, com coragem, trocando informações de forma automática para todas as formas de receita, trará justiça, recuperará dinheiro e envolverá desejavelmente o resto do mundo nesta que é uma prioridade global. O que precisamos, na verdade, é de ação e não de mais declarações.

## Da Turquia ao Brasil, ouve-se democracia



**Ana Gomes**

Os protestos na Turquia e no Brasil fazem as manchetes e os telejornais no mundo inteiro. Demonstram um grau de mobilização popular que a todos surpreende, a começar pelos respectivos governantes, suscitando-lhes reações bem diferentes e reveladoras de diferentes graus de compromisso democrático. Na Turquia, a polícia logo se encarregou, a mando do Primeiro-ministro Erdogan, de carregar sobre os manifestantes. No Brasil, Dilma Rousseff diz-se "orgulhosa" do povo que sai em massa para as ruas, exorta à não violência e diz que é preciso dar ouvidos aos protestos.

E a reação a manifestações nas ruas de milhares de cidadãos é, precisamente, um dos critérios fundamentais que distinguem as democracias das pseudo-democracias. Outro, interligado, é o efetivo exercício das liberdades de expressão e de imprensa. Ora a Turquia é - já era antes destes protestos - um dos países com mais jornalistas na prisão por delito de opinião. Um dos factores que mais enraiveceu a população turca e engrossou os manifestantes contra a destruição do Parque Gezi, foi a amarga constatação de que a CNN e todas as televisões do mundo passavam imagens dos primeiros protestos na Praça Taksim, enquanto as rádios e televisão turcas silenciavam os acontecimentos. Muitos turcos, sobretudo jovens, urbanos e educados, já perderam a paciência para o estilo autoritário de Tayyip Recep Erdogan. "Resistambul" tornou-se um símbolo da resistência popular a um

governo controlador e repressivo, que procura uniformizar num colete islamizador a secular e diversa Turquia. Na reação incendiária, desproporcional e violenta aos protestos em Istambul e no resto do país, o Primeiro-Ministro afundou a sua credibilidade, legitimidade e liderança. O mais conciliador Presidente da Turquia, Abdullah Gul, ainda procurou moderar os ímpetos dos falcões do partido de ambos, o AKP, chamando a atenção para o facto de a "democracia não se esgotar em eleições". Mas o estilo "L'État c'est moi" de Erdogan reforça-se a cada dia que passa, inclusive na reação despropositada a uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu entretanto, com ela justificando a recusa de receber uma delegação parlamentar à Turquia, que vinha sendo preparada há meses.

Ao contrário, a Presidente Dilma Rousseff dá uma lição democrática ao mundo, ao assumir que tem de procurar entender qual a razão dos protestos que de São Paulo se estenderam a outras cidades do Brasil - onde entretanto as tarifas dos transportes públicos já desceram, em resultado das manifestações populares. No Brasil, tal como na Turquia, a grande parte dos que se manifestam são jovens, urbanos, sem filiação partidária, que nunca tinham participado numa manifestação: sobretudo estudantes e desempregados, que responderam a apelos lançados nas redes sociais. O impacto das redes sociais foi, em ambos os casos, decisivo e altera o modelo dos protestos. As democracias ocidentais (e as mais antigas) também vão ter de se habituar. Por isso mesmo convém que os governos ensaiem um

compasso de espera antes de reagir, para compreender a raiz do que desconcenta quem os elegeu.

Na Turquia, a impulsividade machista de Erdogan, como o próprio assumiu ameaçando com intervenção militar na Praça Taksim, vem no seguimento de um sem-número de decisões polémicas, como a limitação da venda e da publicidade ao álcool, a imposição do estudo do Corão no ensino primário, a construção de uma mesquita na praça Taksim ou até a imposição de um código de vestuário às hospedeiras da Turkish Airlines. O pluralismo político, religioso e étnico, a liberdade de expressão, o direito à manifestação e o direito à greve, são valores elementares e inalienáveis em qualquer democracia.

Há lições e consequências a retirar do que se passa, e do que ainda se vai passar, na Turquia: o povo turco está sedento de verdadeira democracia para o seu país e muita gente está determinada a continuar na rua, mesmo em protesto silencioso, a exigir mudança. É fundamental que a União Europeia seja exemplarmente assertiva com Ancara, com quem está a negociar a adesão. A retaliação incendiária de Erdogan contra os manifestantes viola grosseiramente os critérios de Copenhaga, que a Turquia assumiu querer cumprir e que são condição imprescindível para entrar na UE. Um posicionamento firme e sensato europeu tem de passar também pela consideração de que uma Turquia democrática, com governação respeitadora do Estado de direito e dos direitos humanos, é importante para manter a parceria estratégica em tantos desafios que se jogam na vizinhança da Turquia

e da própria UE - pensemos na Síria, no Iraque, no Irão, em Israel, Palestina, na Jordânia, etc... A verdade é que as implicações desta crise política violenta na Turquia, não retira apenas robustez à relação entre a UE e Ancara em domínios como a segurança e estabilidade regionais, a segurança energética, a segurança marítima - da UE e não só. Pior do que isso, dão força e argumentos às vozes daqueles que, dentro da própria UE, já viam com maus olhos, por más razões, a possibilidade de adesão da Turquia à UE.

As diferenças são substanciais no relacionamento com o Brasil e não apenas por causa da geografia. O Brasil, como potência global emergente, em tudo e por tudo tem de ter espaço nobre nas parcerias estratégicas da União Europeia, do plano bilateral à articulação nos fora multilaterais mundiais. O governo da Presidente Dilma Rousseff está a dar provas de que tem todos os instrumentos e a sabedoria para conduzir o Brasil em direção a uma liderança global e à cooperação internacional em matérias tão determinantes como a regulação financeira e económica, a segurança e a resolução de conflitos, a reforma das instituições multilaterais de governação global. É preciso dizer que o forte sentido da cidadania do povo brasileiro ajuda: afinal de contas, no país do futebol e de Pélé, o povo saiu à rua a mostrar que não vai em estádios e circos, exige que o dinheiro dos contribuintes seja investido em sistemas públicos de educação e saúde. Bem que nós, portugueses, podíamos aprender. Bem que nós, socialistas portugueses, poderíamos tirar lições!

# A Assembleia da República como órgão da União Europeia

**Vital Moreira**

1. Durante muito tempo, os parlamentos nacionais não tinham nenhum papel específico na atividade da União Europeia. Podiam obviamente (e deviam) controlar as políticas dos respetivos governos em relação à integração europeia, nos termos das constituições e das práticas parlamentares nacionais. Participavam naturalmente no processo de ratificação interna dos tratados de revisão dos Tratados fundadores, bem como nos tratados de adesão de novos Estados-membros. Mas não intervinham nos processos de decisão das instituições da União. Nem sequer tinham direito a ser informados sobre eles.

2. O Tratado de Lisboa de 2007 veio alterar substancialmente esta situação, fazendo intervir os parlamentos nacionais nos processos de decisão da União Europeia e criando novas formas de cooperação interparlamentar entre eles e o Parlamento Europeu, como dimensão da democracia participativa na União.

O novo art. 12º do Tratado da União, na redação do Tratado de Lisboa, enuncia as várias formas dessa participação parlamentar nacional, desde o direito a serem informados de todas as iniciativas legislativas da União até à cooperação interparlamentar, passando pelo mecanismo de controlo do princípio da subsidiariedade, pelo controlo da ação da União no “espaço de liberdade, segurança e justiça”, pela intervenção no processo de revisão dos Tratados. Alguns destes instrumentos de participação encontram-se desenvolvidos no Protocolo sobre o Papel dos Parlamentos Nacionais e pelo Protocolo sobre a Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade.

3. Um dos mais originais instrumentos de participação parlamentar é seguramente a possibilidade de os parlamentos nacionais impugnarem as iniciativas legislativas da União por infração do princípio da subsidiariedade, que vigora no âmbito das competências compartilhadas entre a União e os Estados-membros e segundo o qual a União só deve exercer a sua competência se se provar que os seus objetivos não são suficientemente alcançados pelos Estados-membros (TUE, art. 5 (3)). Se um terço dos parlamentos nacionais impugnar uma iniciativa legislativa, a Comissão Europeia tem de reanalisar a iniciativa e, caso decida mantê-la, tem de justificar por que o faz. Também os legisladores da União (Parlamento e/ou Conselho) têm de reconsiderar a questão tendo em conta os argumentos dos



parlamentos nacionais. Caso a iniciativa seja mantida, os parlamentos nacionais podem ainda impugnar a iniciativa junto do Tribunal de Justiça da União. No único caso em que se ocorreu o “cartão amarelo” dos parlamentos nacionais, a Comissão acabou por retirar a iniciativa, embora sem conceder que havia violação do princípio da subsidiariedade.

4. Independentemente do controlo do princípio da subsidiariedade, os parlamentos nacionais podem ainda comentar toda e qualquer iniciativa das instituições da União à luz do princípio da proporcionalidade ou à luz da sua oportunidade ou conveniência, sendo então as instituições europeias livres na sua apreciação.

Importa dizer que o número de pareceres dos parlamentos nacionais não tem cessado de aumentar de ano para ano e que a nossa Assembleia da República é de longe o parlamento campeão nessa atividade, o que revela a atenção e dedicação com que em especial a Comissão de Assuntos Europeus da AR acompanha a atividade da União Europeia.

5. Um das grandes inovações do Tratado de Lisboa foi o novo procedimento da revisão dos Tratados da União, consagrando o “método da convenção” como procedimento ordinário de revisão. Iniciado com a elaboração da Carta

de Direitos Fundamentais da União em 1999/2000, o método da convenção prevê a participação do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, bem como da Comissão Europeia e dos governos nacionais, na elaboração de uma recomendação sobre a revisão dos Tratados, a ser submetida à decisão final dos governos dos Estados-membros. Os dois precedentes na utilização deste método (a referida CDFUE e o malogrado “Tratado Constitucional” de 2004) revelam que, embora a decisão final continue a pertencer aos Estados-membros, por unanimidade, a recomendação da convenção pode ser decisiva.

Isso quer dizer que tanto o Parlamento Europeu como os parlamentos nacionais passaram a participar no poder de “revisão constitucional” da União.

6. Como se viu atrás o TUE e o Protocolo anexo sobre o papel dos parlamentos nacionais constitucionalizaram a cooperação interparlamentar entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, que já vinha de trás.

Além da conferência das comissões parlamentares permanentes sobre assuntos europeus (COSAC), há também as conferências dos próprios presidentes dos parlamentos nacionais e do Parlamento europeu e as reuniões de comissões parlamentares especializa-

das (por exemplo, em matéria de política externa e de segurança).

Neste aspeto o chamado Pacto Orçamental de 2012 veio prever expressamente a realização de conferências regulares das comissões parlamentares competentes para as questões orçamentais, para se pronunciarem sobre a execução daquele Tratado (art. 13º).

7. Decididamente, com o Tratado de Lisboa os parlamentos nacionais foram erigidos em verdadeiros órgãos externos de participação e controlo da atividade da União Europeia, tornando-se uma fonte adicional da sua legitimação democrática.

Se o poder de decisão continua a pertencer às instituições da União – como é próprio do sistema de “governo em dois níveis”, de tipo federal –, o novo papel dos parlamentos nacionais constitui um relevante instrumento de controlo político descentralizado, de alargamento e de aprofundamento do debate político na União e de criação de um verdadeiro “espaço político europeu”.

Apraz registar neste contexto que a nossa Assembleia da República não tem deixado os seus créditos por mãos alheias, assumindo um papel liderante quando se trata de tomar posição sobre as iniciativas legislativas e equiparadas pendentes de decisão na União.